*Artigo

REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS É DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL

Muito se ouviu falar nos últimos meses sobre a revisão geral anual dos servidores públicos estaduais, tendo em vista a polêmica criada com a inicial negativa em pagar e posterior parcelamento pelo Governo do Estado do percentual de recomposição salarial dos servidores públicos.

Mas efetivamente o que é a revisão geral anual?

A revisão geral anual é a solução encontrada pela Constituição Federal para manter o poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores públicos de uma forma geral. Através de tal revisão è assegurado todos os anos, sempre na mesma data e sem distinção de índices entre carreiras, a recomposição das perdas inflacionárias dos vencimentos dos servidores públicos. Tal comando encontra-se estampado no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, tratando-se de norma constitucional de imensa importância na medida em que traduz o ideal de justiça que deve ser o condutor de todo e qualquer Estado que pretende ser de direito e de justiça.

O governo do Estado inicialmente alegou que não poderia dar a revisão geral anual porque encontrava óbice na Lei de Responsabilidade Fiscal, pois segundo o argumento governamental, pela referida norma restritiva de gastos, uma vez atingido o limite prudencial na folha de pagamentos, poderia o Governo negar a referida revisão dos vencimentos dos servidores públicos. Interessante celeuma jurídica, que seria atraente para os estudiosos se não fosse de tão fácil solução. É que a Lei de Responsabilidade Fiscal consagrou ainda mais a importância da Revisão Geral Anual ao estabelecer que a regra do ar. 37, X da Constituição Federal seria uma das exceções à regra da limitação de gastos com a folha de pagamento. Questão de justiça, diga-se de passagem, na medida em que a RGA visa apenas e tão-somente não permitir que a inflação corroa os salários dos servidores públicos. Trata-se de um direito inderrogável e que merece ser respeitado por questão de justiça.

Admitir a tese contrária é admitir como justo o injusto, é admitir a redução salarial indevida na medida em que o objetivo da RGA é justamente manter o poder aquisitivo da moeda.

Analisando mais pormenorizadamente ainda a atitude do Governo com relação a RGA dos servidores públicos temos que, conforme acima mencionado, o argumento de estar atendendo à Lei de Responsabilidade Fiscal não procede, posto que a própria LRF excetua a RGA de suas limitações com gasto de pessoal, assim como, não se coaduna com o espírito do ordenamento jurídico o parcelamento levado a efeito pelo atual governo uma vez que, a Constituição Federal no dispositivo alhures mencionado diz que a revisão em comento deve ser sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Sendo assim concluímos que a Revisão Geral Anual é direito constitucional dos servidores públicos que visa manter o poder aquisitivo dos vencimentos de tais trabalhadores, devendo ser efetivada todos os anos sempre na mesma data, sem distinção de índices e independentemente de limite prudencial de gasto com pessoal, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal diz expressamente que a revisão dos vencimentos dos servidores públicos constante do inciso X do art. 37 da Constituição Federal trata-se de exceção à regra da limitação com gasto de pessoal. A RGA é questão de JUSTIÇA!

Carlos Frederick é advogado em Cuiabá-MT.

Diário da Serra
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Relinaldo Mansrim Neto
Maykon Henrique Moura
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.120/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Nico e Lau completam 20 anos de parceria com novo espetáculo

Os tangaraenses que se dirigirem à capital do Estado neste final de semana, e estiverem procurando diversão, poderão passar um final de semana muito divertido, pois em comemoração a parceria de vinte anos a dupla Nico e Lau apresentam seu mais novo espetáculo "Rei Nico e Rei Lau: Um Reboliço no Reinado". O show acontece no Teatro da Universidade de Mato Grosso (UFMT), no dia 15 e 16, sábado e domingo respectivamente. Aos participantes do espetáculo o que se garante serão momentos de muita diversão, regados de muitas risadas e alegria. Nico e Lau foram criados em 1995 pelos atores Lioniê Vitório e J. Astrevo após mais de uma década de carreira artística atuando em teatro. Lioniê Vitório (Nico) 39 anos, mato-grossense de Santo Antônio de Leverger. Formado em Artes pela Unic e Pós–Graduado em Patrimônio Cultural. Foi Secretário de Cultura, Vereador, Vice Prefeito e Prefeito interino do seu município. Como ator começou em 1986 no Grupo Ânima de Teatro na antiga Escola Técnica, hoje IFE-MT.

Justino Astrevo de Aguiar (Lau) 44 anos, cuiabano. Formado em Letras pela UFMT, Pós Graduado em Planejamento e Gestão Cultural pela Unic. Autor, Diretor e Ator, foi Secretário de Cultura de Cuiabá e Professor Universitário. Começou sua carreira artística em 1980 quando fundou a Cia Folhas Produções.

Explicações

O prefeito Julio Florindo reuniu-se com o Conselho de Saúde do Município de Barra do Bugres na última quinta-feira, 06, em seu gabinete para que seus assessores explicassem como se daria a tramitação de transição do Hospital Roosevelt Figueiredo Lira ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Norte.

Clareza

Toda a transição foi elucidada em números e todas as dúvidas do Conselho, principalmente quanto aos funcionários efetivos e contratados foram sanadas. A reunião teve como objetivo a aprovação do Termo de Convênio pelo Conselho de Saúde antecipando e autorizando o envio do Projeto de Lei para a Câmara Municipal de Vereadores.

Dúvidas 0

A narrativa realizada pelo Dr. Reinaldo Lorenzoni, disposta em data show, detalhou e sanaram todas as dúvidas levantadas pelos Conselheiros quanto ao conteúdo do Termo relacionado ao uso de bens, equipamentos, servidores públicos e repasse de recursos financeiros. O prefeito Julio Florindo também prestou explicações aos Conselheiros.

Zelo

Na quinta-feira, 10, a Câmara de Vereadores aprovou a Lei que já está em vigor, porém o processo de transferência de responsabilidades ligadas entre Prefeitura e Consórcio gradativamente deve ser realizada. Toda essa cautela deve-se ao fato relacionado ao zelo no trâmite de transferência que envolve principalmente funcionários e equipamentos.

*Bastidores da Política

Análise PDT

O historiador e analista político Alfredo da Mota Menezes acredita que o Partido Democrático Trabalhista (PDT) passará por um enfraquecimento, em razão da desfiliação do governador Pedro Taques, formalizada nesta segunda-feira, 10. Segundo ele, a história mostra que as siglas que perderam grandes lideranças em Mato Grosso tiveram sua força política reduzida.

Perder forças

O PDT vai minguar. Sempre foi assim. O Blairo, quando saiu do PPS, o partido minguou. Quando Dante saiu do PDT, o partido ficou 'piquititinho'. Estou sempre buscando na história, porque a história mostra isso", disse. O analista não considerou a saída de Taques do PDT como uma "traição", conforme apontou o presidente do partido em Mato Grosso, o deputado estadual Zeca Viana.

Traição

"Não vejo uma traição. Vamos pegar exemplos: o Maggi começou no PPS, foi pro PR, agora vai pro PMDB. Tem acusação de traição do Blairo? Não. Isso é uma tradição da política do Brasil", disse. "Isso é uma coisa natural da política no país que tem 32 partidos políticos. Não acho que tem efeitos negativos, não. Claro que, se ele ficar em um 'troca-troca' a cada seis meses, aí sim será prejudicial", ponderou.

Mudanças

"Quantos já mudaram de partido? Acho que isso não é prejudicial. Claro, depende do trabalho político e administrativo dele. Em qualquer partido que ele estiver, se fizer um bom trabalho, não há prejuízos", reforçou. O analista novamente recorre a um passado recente na política de Mato Grosso para afirmar que o partido que vier a ser escolhido por Taques será o "maior" do Estado.

Troca-troca

"Quando o Dante saiu do PDT e foi para o PSDB, o PSDB passou a ser o maior partido do Estado. Quando o Blairo saiu do PPS e foi o PR, o PR virou o maior partido do Estado. Acredito que, para onde for o Pedro Taques, naturalmente, vai ser o maior partido do Estado", afirmou. Menezes também prevê que Taques levará um número expressivo de pedetistas para o partido que ele se filiar.

PSB x PSDB

Menezes acredita que o melhor caminho para o governador seria o PSDB. Pensando em um projeto político a médio prazo - e em eventuais saltos políticos maiores, como por exemplo, uma disputa nacional. Segundo ele, indo para o ninho tucano, Taques estaria em um partido forte e com retaguarda em Brasília. "Sempre destaco o aspecto de que o Blairo, no PMDB, passa a ser o grande nome de Mato Grosso em Brasília".

Pedro Taques

"Então, para o Pedro seria interessante ir para um partido grande, que contrabalançasse isso lá, para conseguir abrir portas, por ele mesmo e pelo partido dele", disse. "É uma decisão difícil e acho que ele está pensando muito, dia e noite, noite e dia", disse. O analista lembra que, em 2018, será a última possibilidade de prefeitos e governadores disputarem a reeleição.

Reeleição

Para ele, o argumento de que Taques poderá optar pelo PSB, para ganhar mais facilmente espaço em nível nacional, deve ser relativizado. "Acredito que o Pedro Taques vá para a reeleição, inclusive para crescer no Estado e crescer nacionalmente. É difícil acreditar que o Pedro deixe de tentar a reeleição em 2018 para ir para um projeto do PSB nacional", disse.

"Não quero mais fazer política; é uma decisão pessoal", diz Riva

O ex-deputado estadual José Riva descartou a possibilidade de voltar ao comando do PSD em Mato Grosso. Alvo de centenas de processos na Justiça, ele reafirmou que irá se manter afastado da política partidária.

"Não quero mais fazer política. É uma decisão pessoal. Quem vai ter que tomar decisões políticas, aqui em casa, é a Janaina. Tenho conversado com alguns prefeitos e vereadores, mas não tenho me posicionado, porque a minha intenção é ficar fora da política", disse. Na última semana, a deputada Janaina Riva disse acreditar que a ausência do pai é um dos principais fatores para o enfraquecimento do PSD em Mato Grosso. Já o deputado José Domingos Fraga disse que irá procurar Riva e pedir para que ele continue à frente do partido. "Se ele [José Domingos] me procurar, vamos conversar. Ele é meu amigo. Não tenho nada contra ele. Mas não quero fazer política, quero ficar sem partido, porque não pretendo mais militar politicamente", afirmou.